

6

CONCLUSÃO

Ao nos interrogarmos acerca da concepção de linguagem que subjaz à importância concedida por Lacan à linguagem na teoria e na prática psicanalíticas, buscamos, neste trabalho, averiguar se tal concepção restringe-se a leis imanentes ao sistema da língua ou se abarca a posição dos falantes no contexto discursivo. Consideramos necessário observar essa distinção de modelos de linguagem, uma vez que a fala, enquanto material da clínica, é sempre situada em um contexto específico, o da transferência, sendo, portanto, endereçada a alguém e sustentada por quem fala. Levando em conta a circunstância particular da experiência analítica na qual Lacan enfatiza que tudo se passa no campo da linguagem, nos surpreendemos com o fato de que a teoria mais citada como modelo era a linguística estrutural, cujo objeto se reduz às leis internas à estrutura da linguagem. Verificamos, no entanto, que Lacan, ao invés de utilizá-la simplesmente, nela empreende transformações, introduzindo noções estranhas à sua alçada, como as de sujeito do inconsciente e de pulsão. Ao observarmos este gesto de apropriação, nos perguntamos se Lacan não teria, com isso, se aproximado das teorias que incluem a posição dos falantes na noção de linguagem, a saber, as concepções pragmáticas de linguagem. O que encontramos foi uma verdadeira *bricolage* realizada com as noções remetidas aos diferentes modelos de linguagem, que, a cada momento de seu ensino, ganham nuances e relevos diversos. Sem prejuízo algum à consistência da concepção de linguagem na experiência psicanalítica, a manifestação simultânea de modelos distintos de linguagem vem, antes, assinalar a especificidade de seu campo.

De forma resumida, de acordo com o que apresentamos nos capítulos deste trabalho, como esses modelos podem ser observados nos diferentes períodos da obra de Lacan?

Saussure é utilizado por Lacan ao longo de todo seu ensino. Primeiramente, no início da década de 50, a distinção saussuriana entre significante e significado serve à definição de sintoma como um significante cujo significado foi recalcado. A abolição do sintoma consistia em devolver o significado recalcado ao

significante, o que era alcançado através da “fala plena”, instaurada pela intervenção simbólica operada pela análise, que consistia em inserir a fala do sujeito na dialética intersubjetiva. Se o sintoma era definido pela distinção saussuriana, já sua abolição era conceituada a partir de outro modelo de linguagem. Também nesse período, Lacan, às vezes, parecia evocar a distinção de Saussure entre língua (*langue*) e fala (*parole*). Contudo, para Lacan (1953a, p.294), apesar do caráter universal da língua, a linguagem era também peculiar ao sujeito por ser através dela que o desejo buscava reconhecimento. A fala, antes que reduzir-se à atualização concreta da língua, pela articulação de movimentos fonatórios e pela escolha individual feita no código, como queria Saussure, era concebida por Lacan como endereçada, na dialética intersubjetiva.

Na segunda fase de seu ensino, Lacan relê Saussure a partir do estruturalismo. A indivisibilidade do signo, postulada por Saussure, é dissolvida por Lacan, ao formular que um significante não corresponde a um significado, antes, se relaciona a um outro significante, produzindo alguma significação. Do primado concedido ao significante, Lacan é levado a efetuar mais uma modificação no modelo saussuriano, pois se não há mais um significado atrelado ao significante, é preciso explicar o que deteria o deslizamento significante. Lacan introduz a noção de “ponto de basta”, como uma operação efetuada por um significante especial que fixa um significante a outro, ocasionando o aparecimento de uma significação retroativa. Vimos que esse significante especial, ao longo do ensino de Lacan, foi denominado ora como significante Nome-do-Pai, ora como significante da falta no Outro, e, ainda, como traço unário, significante (-1). Uma vez que é esse significante que promove o aparecimento do sujeito – lembrando que, por exemplo, através da operação de metáfora realizada pelo significante Nome-do-pai, concede-se uma significação fálica ao sujeito – Lacan chega a uma definição de significante completamente diversa do significante saussuriano, visto que para o linguista o sujeito não estava em questão. Para Lacan, o significante é o que representa o sujeito para outro significante.

Em um terceiro momento, ao formular as operações de alienação e separação, a fim de abordar a constituição do sujeito através da ordem significante, Lacan afasta-se ainda mais de Saussure, pois introduz, como resultado da incidência significante, a noção de um elemento heterogêneo ao significante, o *objeto a*. Este elemento inclui a pulsão no âmbito da linguagem,

que, nos últimos anos do ensino lacaniano, será cada vez mais amalgamada à noção de significante, a ponto de Lacan passar a se referir à linguagem na experiência analítica como *lalangue*, em oposição à *langue* saussuriana.

Já de Jakobson, Lacan utiliza as noções de metáfora e metonímia, de *shifter* e de fonema como mínima unidade diferencial. Na primeira fase, as noções de metáfora e metonímia, desenvolvidas por Jakobson em “Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia”, são equiparadas, por Lacan, aos dois mecanismos do inconsciente revelados por Freud, a condensação e o deslocamento, respectivamente. Essas noções são apontadas nas formações do inconsciente, que, contudo, implicam a dimensão intersubjetiva da qual as noções de Jakobson prescindem. Mais tarde, como vimos no terceiro capítulo, Lacan estende essas noções, empregando a noção de metáfora para abordar a metáfora paterna, ausente na psicose, como o que detém a metonímia da cadeia significante. Ao menos neste uso, Lacan parece bem fiel às noções de Jakobson, embora o que decorra da incidência dessas operações em psicanálise, a saber, o sujeito, extrapole o âmbito da linguística estrutural. Nesta segunda fase, também o sintoma é abordado como metáfora, e o desejo, como metonímia.

Assinalando um encaminhamento para as teorias da enunciação, que abarcam a posição dos falantes no contexto discursivo, Lacan toma de empréstimo a noção de *shifter*, de Jakobson, demarcando que o sujeito pode ocupar ou não lugares determinados pela estrutura significante. Os *shifters* consistem em uma classe de palavras que possuem significação no código da língua, mas que somente podem ser compreendidas ao remeter-se ao plano da mensagem; são palavras tais como pronomes pessoais, advérbio de lugar e tempo, pronomes relativos. Ao abordar a clínica da psicose, entre a primeira e a segunda fase de seu ensino, Lacan utiliza o *shifter* “eu” para indicar que a alucinação verbal não resulta de uma inadequação do percepto à realidade, mas de uma posição assumida pelo sujeito, ao atribuir um significante ouvido de si mesmo a um terceiro, ao invés de colocar-se no lugar do *shifter* “eu”.

Lacan aplica também a noção de fonema, elaborada pela fonologia estrutural de Jakobson. Na segunda fase de seu ensino, o fonema serve de modelo para sua conceituação de letra, que, neste momento de seu ensino, equivale ao significante. É o caráter diferencial do fonema o que permite a Lacan conceder o primado ao significante, e recusar a indivisibilidade do signo. A letra, neste

momento, integra também o discurso concreto, que, contudo, não se refere ao campo das atualizações da linguagem em um contexto social, mas ao campo simbólico estruturado por leis esvaziadas de sentido, sem referência a qualquer realidade empírica, tal como Lévi-Strauss propunha. Já na terceira fase, a partir da introdução do *objeto a*, a noção de letra se distingue do significante, pois deixa de assinalar a diferença interna à estrutura, passando a se referir à impossibilidade de a estrutura significante representar o sujeito integralmente. Com isso, a articulação da noção de letra com o *objeto a* torna-se cada vez mais estreita, indicando uma ruptura radical com o modelo estrutural do qual fora extraída.

Uma vez que, na primeira fase do ensino de Lacan, a dialética intersubjetiva era uma dimensão necessária à intervenção simbólica ou da ordem da linguagem na constituição do sujeito, consideramos apropriado abordar a noção de dialogia, formulada por Bakhtin, a quem Lacan jamais menciona nos textos examinados em nossa pesquisa. A concepção de linguagem a que Lacan faz referência nestes textos é a linguística estrutural. Mas uma vez que no modelo estrutural de linguagem a compreensão do sentido é explicada somente através das leis estruturais do sistema da língua, sem levar em consideração que a posição dos falantes em determinado contexto condiciona a doação de sentido, decidimos utilizar a noção bakhtiniana de dialogia, a fim de dar conta da dialética intersubjetiva presente na análise. Neste momento inicial do ensino de Lacan, o objetivo da análise consistia em promover a “fala plena”, ou seja, fala que permitiria ao sujeito restaurar a potência fundadora da fala através da relação com o outro. Portanto, se, por um lado, Lacan mencionava Lévi-Strauss na noção da dimensão simbólica que intervinha na análise, por outro, o que nos pareceu dar conta da dialética intersubjetiva presente nesta intervenção foi a noção de dialogia, segundo a qual toda fala comporta um sentido que vem do outro e ainda ganha o sentido que o interlocutor lhe atribui.

Recorremos também à teoria dos dêiticos de Benveniste, citada por Jakobson no texto a que Lacan (1957a) faz referência quando aborda a noção de *shifter* na alucinação verbal. Os dêiticos são designadores na língua, tais como pronomes, advérbios de lugar e tempo e pronomes relativos e demonstrativos, que se referem à instância de discurso. Vimos no capítulo terceiro, que, por eles remeterem-se à referência da situação concreta em que a fala é proferida, se apresentam, na fala da psicose, de forma inadequada. Benveniste poderia ainda

nos oferecer uma importante contribuição por abordar a linguagem não como instrumento de comunicação entre dois sujeitos falantes, mas como aquilo mesmo que permite o surgimento da subjetividade através da relação que os indivíduos estabelecem através da fala. Caso a noção de subjetividade não fosse reduzida à função da consciência, sua teoria teria se revelado fecunda.

A teoria dos atos de fala de Austin, embora não seja mencionada por Lacan nos textos aqui utilizados, é bastante promissora por situar a linguagem em uma dimensão pragmática, por envolver os sujeitos falantes e por enfatizar o alcance social da linguagem.

Quando a linguagem é abordada a partir da visada pragmática, passa a ser compreendida em função de seus efeitos na situação concreta em que é proferida, de acordo com o contexto apropriado. Ora, a concepção de linguagem presente na obra de Lacan não se confunde com uma “teoria” sobre a linguagem em geral, mas resulta, antes, da necessidade de esclarecer o móvel mesmo da prática clínica. Portanto, as considerações de Lacan acerca da linguagem se situam também no âmbito pragmático, por se restringirem ao contexto específico da experiência analítica, no qual a fala é levada em consideração pelos efeitos que produz.

Os atos de fala para serem realizados precisam estar em conformidade com as circunstâncias apropriadas de sua enunciação, estabelecidas por um acordo convencional. O lugar que os falantes ocupam na situação concreta em que a fala é proferida é imprescindível para a realização do ato de fala, pois os falantes devem desempenhar o papel que a convenção estabelece para que o ato em questão se efetue. Não há, portanto, ato de fala sem os sujeitos nele envolvidos. Por isso, na primeira fase do ensino de Lacan, a noção de fala fundadora, como um ato que funda os sujeitos, é exemplificada por falas que caracterizam os primeiros tipos de proferimentos abordados por Austin, ou seja, os enunciados imperativos, qualificados de performativos, como “Tu és minha mulher”. Na segunda fase do ensino de Lacan, a dialética intersubjetiva é abandonada, mas o caráter performativo do simbólico é mantido. Os significantes-mestres com os quais o sujeito identifica-se são também “palavras de ordem”, pois desempenham a função de um mandato simbólico, conforme vimos. Contudo, seu caráter performativo não se realiza plenamente, dada a inconsistência da estrutura simbólica. Na terceira fase, dessa inconsistência resultam modalidades de discursos que instauram laços sociais específicos, o que reintroduz, na abordagem

lacaniana, a relação entre os sujeitos que havia sido pouco enfatizada desde o abandono da noção de dialética intersubjetiva.

Além disso, a noção de ato de fala elaborada por Austin é concebida como uma prática social, pois os falantes envolvidos no ato de fala, ao desempenharem as funções específicas convencionados, estabelecem entre si um vínculo social que tem efeitos também na esfera social. Por um caminho inteiramente diverso da abordagem austiniana, Lacan, partindo da impossibilidade de realização integral do performativo imanente ao mandato simbólico, chega, paradoxalmente, à instauração de laços sociais entre sujeitos através das modalidades de discurso. Estes, por sua vez, são atos, como testemunha a atuação da pulsão por meio da qual o sujeito, extraíndo um gozo do objeto que permanece inassimilável pela estrutura, irá se vincular ao Outro.

Enfim, a maneira como Lacan aborda a noção de linguagem própria à experiência analítica utiliza ambos os modelos da oposição em questão, introduzindo neles modificações. A noção de estrutura é fundamental, mas Lacan radicaliza seu caráter diferencial até culminar na inconsistência simbólica, como impossibilidade da ordem significante representar o sujeito integralmente, da qual resulta um resto irreduzível à estrutura significante. Como desse resto o sujeito extrai um gozo, vinculando-se ao Outro através dessa perda mesma, e podendo ocupar quaisquer dos quatro lugares que as modalidades discursivas lhe fornecem, concluímos que também os modelos pragmáticos de linguagem são indispensáveis para se pensar a constituição do sujeito do inconsciente – uma vez que através dos discursos a linguagem torna-se ato, abarcando a posição dos sujeitos e as formas de vínculo social.

Resta acrescentar que, ao se apropriar assim desses diferentes modelos de linguagem, Lacan, além de assinalar a especificidade da incidência da linguagem na experiência psicanalítica, indica também que a oposição, presente nos estudos de linguagem, mascara a dificuldade própria das teorias da linguagem em tentar dar conta da esfera da linguagem sem levar em consideração o sujeito do inconsciente. Conforme esclarece Lacan, em Radiofonia:

A linguística fornece o material da análise, ou o aparelho com que nela se opera. Mas um campo só é dominado por sua operação. O inconsciente pode ser, como

disse, a condição da linguística. Esta, no entanto, não tem sobre ele a menor influência.

É que ela deixa em branco o que surte efeito nele: o objeto *a*, com o qual, ao mostrar que ele é o pivô do ato psicanalítico, pensei em esclarecer qualquer outro ato. (Lacan, 1970, p.407)

Neste sentido, poderíamos inverter a questão colocada no início de nossa pesquisa, e nos perguntar se, ao invés de buscar qual seria o modelo mais apropriado à abordagem psicanalítica da linguagem, não seria, antes, à psicanálise que caberia recorrer a fim de esclarecer a questão que dá origem à oposição desses dois modelos. De certo modo, para que se pense a passagem da linguagem como estrutura para a linguagem como ação em um contexto, ou ainda, a passagem do sistema da língua para o plano do discurso, não seria necessário passar pelo sujeito do inconsciente? Pois o que observamos foi que a utilização/apropriação de ambos os modelos por Lacan derivou da consideração de noções ignoradas ou somente insinuadas nos estudos de linguagem, a saber, a noção de sujeito do inconsciente e de *objeto a*.

Assim como no ensino de Lacan essas noções somente foram rigorosamente desenvolvidas a partir de 1964, também a oposição dos dois modelos de linguagem foi mais claramente articulada. Desde então, tornou-se mais evidente que o modelo estrutural fora utilizado de modo a assinalar a inconsistência da ordem significante, enquanto o modelo pragmático veio dar conta do ato do sujeito, seja na maneira particular pela qual se coloca diante do mandato simbólico que incide sobre ele, seja no modo como irá fazer laço social através das modalidades de discurso.

Com isso, a questão que motivou nossa pesquisa, ou seja, a de interrogar a pertinência da utilização de um modelo estritamente formal de linguagem na abordagem de uma experiência particular, como é a da análise - na qual a história do sujeito, sua posição diante dela e diante da ordem simbólica, a satisfação obtida em seu modo singular de se colocar diante da ordem que o constitui e de estabelecer laços com as pessoas – também foi respondida neste mesmo momento do ensino de Lacan.

A noção de *objeto a* como resíduo da operação pela qual o sujeito advém da linguagem permitiu-nos manter afastada a ideia de que a linguagem operaria sobre o sujeito tal como um determinismo, que não deixaria lugar para a singularidade

do sujeito em questão. Do mesmo modo, possibilitou-nos ainda integrar a pulsão na noção da fala como material da clínica, onde a linguagem aparece movida por desejo e, portanto, endereçada. A noção de *objeto a* foi ainda importante para que a dimensão da relação dos sujeitos falantes no âmbito da linguagem fosse abordada não apenas na situação particular da análise, mas também no plano mais amplo da esfera social, na qual o sujeito estabelece vínculos com os outros. Enfim, pareceu-nos que a dimensão pragmática passou a ser mais acentuada na abordagem da linguagem quando a noção de *objeto a* veio assinalar a inconsistência da estrutura, a maneira particular pela qual o sujeito é marcado por ela e o plano do ato através do qual o sujeito estabelece vínculos sociais.